

ILMO. SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ILMO. SR. PREGOEIRO NOMEADO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO
025/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS

RECURSO ADMINISTRATIVO

OBJETO DO RECURSO: *“NÃO ASSINAR a Ata de Registro de Preços, a qual tem peso de contrato, com a empresa ALVACIR DA SILVA, quanto ao lote 13 do referente pregão. Tal decisão tem como base o não cumprimento pela empresa ALVACIR DA SILVA - CNJ: 02.012.558/001-12, do Item 3.6.15, b) do Termo de Referência do PE 025/2024 – PMB.”*

ALVACIR DA SILVA – CNPJ 02.012.558/000112, já qualificada, irresignada com a referida decisão administrativa supra mencionada, vem dela interpor RECURSO pelos fundamentos a seguir deduzidos:

1.- A MOTIVAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA

A decisão recorrida fundamenta-se sob o seguinte teor,
verbis:

“O Item 3.6.15 do Termo de Referência Ddo Edital PE 025/2024 PMB traz a exigência:

A Empresa Contratada deverá apresentar na asintaura do Contrato os seguintes documentos:

(...)

b) Apresentar Comprovação que possui no mínimo dois (2) elevadores tipo Elevacar para veículos de médio porte (até 05 toneladas).

A empresa apresentou dois elevadores com capacidade (até 04 toneladas)." (sublinhei)

Pois bem:

2.- OS FUNDAMENTOS DO RECURSO PARA CASSAR A DECISÃO

2.1.- A REDAÇÃO DÚBIA, VAGA E SUBJETIVA DA EXIGÊNCIA CONTIDA NA LETRA "b" DO ITEM 3.6.15 – INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AO LICITANTE/CONCORRENTE

A decisão recorrida apegar-se ao teor contido na mencionada letra acima reprisada, em que a mesma, repita-se, exigia a comprovação documental de possuir dois (02) elevadores tipo elevacar com capacidade "até 05 toneladas", enquanto que a ora Recorrente apresentou possuir seus dois (02) elevadores cuja capacidade é "até 04 toneladas".

A preposição "ATÉ": "*Indica o fim no espaço ou no tempo; que não se ultrapassa: a rua ia até ao portão; ficarei em São Paulo até dezembro(....) No limite, no máximo: posso gastar até 600 reais com o presente.*"

(sublinhei) fonte: <https://www.dicio.com.br/ate/>

Ora, se a exigência constante do item acima era para que apresentasse a Recorrente elevadores com capacidade de elevação de **ATÉ (limite máximo)** de 05 toneladas, por certo ela se enquadra na exigência pois possui elevadores cuja capacidade é de **ATÉ (limite máximo)** de 04 toneladas, ou seja, a Recorrente não está ultrapassando o limite exigido de 05 (cinco toneladas)

Portanto, quisesse o Edital do Pregão exigir que os referidos elevadores possuíssem capacidade de carga de, NO MÍNIMO, 05 (cinco) toneladas, deveria assim fazê-lo de forma expressa , clara e objetiva, afirmando que os concorrentes ao certame possuíssem elevadores com “capacidade mínima para 05 toneladas”.

Logo, as regras do certame licitatório não podem conter redação que causem dubiedade ou que sejam vagas e subjetivas, pois quando assim o fazem elas devem ser sempre interpretadas em favor da parte licitante, pois assim interpreta a jurisprudência de nosso Tribunal de Justiça (TJSC):

“LICITAÇÃO. EDITAL. CLÁUSULA COM REDAÇÃO DÚBIA. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AOS CONCORRENTES E MAIS HARMÔNICA COM AS DEMAIS REGRAS DO CERTAME. PRESTÍGIO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, DA PROPORCIONALIDADE, ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE.” (TJSC, Apelação Nº 5001088-12.2019.8.24.0023/SC, RELATORA: Desembargadora SÔNIA MARIA SCHMITZ, julgado aos, 05 de novembro de 2020)

Assim e sob este enfoque, a decisão recorrida deve ser revista e cassada a fim de determinar a assinatura da Ata de Registro de Preços com força de contrato, eis que a Recorrente atendeu às exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico 025/2024.

Por outro lado e não menos motivador para anula a decisão:

2.2.- O CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA JÁ ATESTADA E A CAPACIDADE DE DOS ELEVADORES PARA VEÍCULO DE PORTE MÉDIO

Não se desconhece que a administração possa rever seus atos, mas há limites que não podem ultrapassar a razoabilidade.

A Recorrente

a) ultrapassou todas as fases de sua habilitação ao Pregão;

b) suas instalações foram vistoriadas e diligenciadas pelo Pregoeiro e sua equipe que constataram estarem as dependências e equipamentos aptos para a prestação dos serviços; e,

c) finalmente, exigindo-se da Recorrente possuir os mencionados elevadores, **as inclusas fotografias atestam a capacidade de atender aos VEÍCULOS DE MÉDIO PORTE**, que é objeto do lote 13 do Pregão.

Os veículos demonstrados nas fotografias inclusas, pertencentes a outra Municipalidade, são de iguais e do mesmo porte daqueles objeto do lote descrito.

Finalmente e não menos relevante para o provimento deste recurso é o que já está contido por ocasião decisão que ora se anexa, quando rejeitou o recurso interposto pela concorrente COMPARTS LTDA. contra a ora Recorrente e no qual ao final fez constar o referido decisório:

“Com base em todo o recorrido quanto aos questionamentos e contrarrazões, resta o entendimento que a recorrida detém a capacidade técnica, estrutura e equipamentos necessários para execução dos serviços dos lotes vencidos por ela neste certame e, na eventual falta de um determinado equipamento a mesma tem a possibilidade de terceirizar aquele serviço específico.

IV. DA DECISÃO

Face ao exposto, conheço o Recurso interposto pela empresa COMPARTS LTDA inscrita no CNPJ: 03.195.677/0001-10 para no mérito NEGAR-LHE PROVIMENTO. Assim sendo mantenho a decisão de HABILITAÇÃO da empresa ALVA-CIR DA SILVA, CNPJ: ,02.012.558/0001-12, nos lotes 13,20 e 22 do PE 025/2024 PMB.Firmo o presente, por manifestar-me DE ACORDO.

KARINE FRANCIELI SCHEUERMANN

Secretária de Administração"

Portanto, atestada a plena funcionalidade das instalações e equipamentos da Recorrente para atender às exigências do Edital do Pregão e, **principalmente porque concordante a própria Secretária de Administração**, jamais poderia aquele que lhe sucede no cargo rever tal ato administrativo dotado de plena legitimidade.


Por todo o exposto:

Recebido o recurso com as razões e fundamentos acima:


- seja conhecido e provido o mesmo para cassar a decisão recorrida, determinando a assinatura da Ata de Registro de Preços com força de contrato, eis que a Recorrente atendeu às exigências contidas no Edital do Pregão Eletrônico 025/2024.

P. Deferimento.

Balneário Camboriú(SC), 29 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **RUDINEI LUIS BALDI**
Data: 29/11/2024 13:54:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PP Rudinei Luis Baldi – OAB SC 7042

Documento assinado digitalmente
 **JOELMA DA SILVA BALDI**
Data: 29/11/2024 14:00:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PP Joelma da Silva Baldi – OAB SC 28794